



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

**Espaço verde como envolvente cultural.
Intervenção no Parque dos Marmelos, Oliveira do
Hospital**

Flávio Brito Nunes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(ciclo de estudos integrado)

Orientadora: Prof. Doutora Ana Rita Martins Ochoa de Castro

Covilhã, outubro de 2017

Agradecimentos

Aos meus pais que sempre estiveram presentes e lutaram para ajudar nesta caminhada.

Ao meu irmão pelo apoio que sempre me deu e pelas noites de trabalho que despendeu para me ajudar.

À minha avó que sempre ligava para saber como estava.

Aos meus amigos e companheiros de casa que me apoiaram ao longo deste percurso.

À minha orientadora Rita Ochoa, por todo o tempo dispensado, todo o trabalho e principalmente pela disponibilidade e prontidão.

Por último, mas de forma alguma em último, à Catarina, pela paciência para ouvir a explicação dos meus projetos vezes sem conta e pelas inúmeras sugestões. Obrigado pela tua presença contínua.

Resumo

Ao longo dos tempos, as propostas de intervenção urbana tenderam a valorizar o edificado em prol do desenvolvimento social e económico, esquecendo por vezes os recursos naturais presentes no território. Este facto gerou múltiplos problemas ao nível da gestão territorial, essencialmente no que diz respeito à preservação dos recursos naturais, facto que motivou a degradação da imagem urbana.

Neste contexto, a presente dissertação tem como objeto de estudo o Parque dos Marmelos, um parque verde devoluto situado em Oliveira do Hospital, do qual faz parte um troço da Ribeira de Cavalos. Pretendem-se definir medidas de intervenção que permitam a requalificação deste espaço, visando o equilíbrio entre a estrutura urbana e a estrutura ecológica, de modo a contribuir para a sua (re)integração na malha urbana e, conseqüentemente, para a sua valorização por parte dos cidadãos.

Face à problemática, descrita o presente trabalho consiste no tratamento do parque através de uma rede de percursos que permita a visita por parte dos cidadãos, bem como garanta a unidade do espaço, ligando a ribeira existente, com o edifício a construir. Com esta intervenção pretende-se ainda melhorar a qualidade da imagem da cidade de Oliveira do Hospital.

Palavras chave

Paisagem; Áreas verdes urbanas; Frentes Ribeirinhas; Imagem urbana; Natureza.

Abstract

Over time, the proposals for urban intervention have tended to value the built for social and economic development, sometimes forgetting the natural resources present in the territory. This has generated multiple problems in terms of territorial management, essentially in terms of the preservation of natural resources, which has led to the degradation of the urban image.

In this context, this dissertation has as object of study the Parque dos Marmelos, an void green park located in Oliveira of the Hospital, of which a part of Ribeira de Cavalos forms part. The intention is to define intervention measures that allow the requalification of this space, aiming at the balance between the urban structure and the ecological structure, in order to contribute to its (re) integration in the urban network and, consequently, to citizens appreciation.

In view of the problems described, the present work consists in the treatment of the park through a network of routes that allow the visit by the citizens, as well as guaranteeing the unity of the space, connecting the existing river with the building to be built. This intervention intends to improve the image quality of the city of Oliveira do Hospital.

Keywords

Landscape; Urban green areas; River Fronts; Urban image; Nature.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
LISTA DE FIGURAS	xiii
1. Introdução	3
1.1 Objetivos	4
1.2 Justificação do programa.....	5
1.3 Metodologia	6
2. Trabalhar com a paisagem	11
2.1 Paisagem.....	11
2.1.2 Evolução do conceito paisagem	12
2.2 Conceito de Cidade de Montanha	16
2.3 Distinção dos conceitos de espaço verde e espaço verde urbano	17
2.3.1Evolução dos espaços verdes urbanos	17
2.3.3 Exemplos de parques verdes urbanos em Portugal	20
3. Trabalhar com frentes de água	27
3.1 Valores das zonas ribeirinhas	27
3.2 Metodologias de intervenção em ribeiras urbanas	29
3.3 Condicionantes urbanísticas em zonas ribeirinhas	31
4. Memória descritiva e justificativa	35
4.1 Conhecendo a cidade de Oliveira do Hospital	35
4.2 Justificação do projeto no contexto de Oliveira do Hospital	36
4.3 Área de estudo	36
4.4 Construção do programa	48
4.5 Confrontação com os elementos de gestão territorial em vigor.....	49
4.5.1 Enquadramento no PDM de Oliveira do Hospital	49
4.5.2 Enumeração das condicionantes presentes no local.....	49
4.5.3 Compreender a Reserva Ecológica Nacional (REN)	50

4.5.5 Compreender o Domínio Público Hídrico e Zonas Adjacentes	51
4.5.3 Resultado da análise das condicionantes presentes	51
4.5.3 Planta de Ordenamento	53
4.6 Proposta de intervenção no Parque dos Marmelos	54
4.6.2 Construção do programa	55
4.6.3 Construção do conceito.....	56
4.6.4 Percursos	57
Conclusão.....	61
Bibliografia.....	63
Lista de peças desenhadas	66

Lista de figuras

- Figura 1 - Cidade Linear por Artutuo Soria y Mata 13
(Fonte: <https://userscontent2.emaze.com/images/6d88c561-f5c2-4583-86cb-a2db19fa5957/9d2add2669c3e093b66dc6964470cd97.jpg>) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 2 - Cidade Jardim - Ebenézer Howard 13
(Fonte: http://urbanidades.arq.br/bancodeimagens/albums/urbanismo/cidade-jardim/normal_cidade-jardim-diagrama-n-3_cor.png) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 3 - Parque do Choupal, Torres Vedras 20
(Fonte:http://www.municipiosefreguesias.pt/files/Portal_Nacional_dos_Municipios_e_Freguesias_Torres-Vedras_20161222_043017.jpg) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 4 - Parque do Choupal, Torres Vedras 20
(Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/large/126377380.jpg>) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 5 - Ribeiro do Matadouro, Santo Tirso 21
(Fonte: <http://www.archdaily.com/777643/ribeiro-do-matadouro-park-oh-land-studio/5652ee48e58ece0aa400016b-ribeiro-do-matadouro-park-oh-land-studio-photo>) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 6 - Ribeiro do Matadouro, Santo Tirso 21
(Fonte: <http://www.archdaily.com/777643/ribeiro-do-matadouro-park-oh-land-studio/5652ee91e58ece0aa400016f-ribeiro-do-matadouro-park-oh-land-studio-photo>) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 7 - Parque linear, Tagus..... 22
(Fonte:<http://www.archdaily.com/515442/tagus-linear-park-topiaris-landscape-architecture/53992df2c07a80569e000730-tagus-linear-park-topiaris-landscape-architecture-photo>) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 8 - Parque linear, Tagus..... 22
(Fonte:<http://www.archdaily.com/515442/tagus-linear-park-topiaris-landscape-architecture/53992de2c07a805cea0006fa-tagus-linear-park-topiaris-landscape-architecture-photo>) última vez consultado em 01-10-17
- Figura 9 - ARU (Área de Reabilitação Urbana) - Oliveira do Hospital, Escala gráfica.. 36
(Fonte: PDM Oliveira do Hospital)

Figura 10 - Entrada Parque dos Marmelos - Zona da escola secundária.....	38
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 11 - Entrada Parque dos Marmelos	39
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 12 - Zona do parque junto da ribeira	40
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 13 - Parque dos Marmelos.....	41
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 14 - Parque dos Marmelos.....	42
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 15 - Parque dos Marmelos.....	43
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 16 - Entrada Parque dos Marmelos - Zona campos de ténis.....	44
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 17 - Parque dos Marmelos - local de implantação do centro de estudos	45
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 18 - Parque dos Marmelos - Local de implantação do centro de estudo visto da estrada	46
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 19 - Ribeira de Cavalos - Situação atual.....	47
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 20 - Planta - Síntese das condicionantes (Fonte: PDM de Oliveira do Hospital), Escala: gráfica.....	52
(Fonte: Próprio autor)	
Figura 21 - Parcela da Planta de Ordenamento de Oliveira do Hospital	53
(Fonte: PDM -Oliveira do Hospital)	
Figura 22 - Planta - Percursos pedonais, Escala: gráfica.....	57
(Fonte: Autor)	

Capítulo 1

1. Introdução

Na análise do espaço urbano podemos identificar duas grandes vertentes: a edificada e a ecológica. Com o avançar do tempo, as propostas de intervenção urbana tenderam em valorizar o edificado em prol do desenvolvimento social e económico, esquecendo por vezes os recursos naturais presentes no território. Este facto gerou múltiplos problemas ao nível da gestão territorial e essencialmente no que diz respeito à preservação dos recursos naturais, espaços verdes, frentes de água e zonas ribeirinhas. Se ao longo dos tempos a existência de cursos de água se configurou como um dos motivos mais importantes para a formação de aglomerados e consequentemente a criação de cidades, atualmente deparamo-nos com uma subvalorização ou mesmo negligência desses troços de água, que acabam frequentemente por desaparecer. Esta praxis, tem vindo ao longo do tempo a degradar os espaços ribeirinhos e consequentemente a originar um desinteresse por parte dos cidadãos no seu usufruto.

Por outro lado, desde 1999, com o regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial nº 380/99, a estrutura ecológica passou a ser considerada como um dos usos do solo pertencente a perímetros urbanos, a par de espaços urbanizados. Este facto evidencia a necessidade da definição de medidas projetuais promotoras da integração e valorização dos recursos naturais, no âmbito dos projetos urbanos. A propósito disso, refere Magalhães (s/d) que *“importa sublinhar que as linhas de água, bem como as zonas adjacentes, constituem elementos da paisagem com potencialidades únicas para a criação de locais de lazer e a requalificação das áreas de expansão urbana”*. Os espaços urbanos deverão assim incorporar elementos que promovam a valorização e integração da estrutura ecológica.

Neste sentido, a presente proposta consiste numa intervenção no Parque dos Marmelos, um parque verde situado em Oliveira do Hospital, que conta com a presença de um troço da ribeira de Cavalos. Neste momento o espaço encontra-se fechado aos habitantes, devido à falta de condições para uso do mesmo. Anexo a este, localiza-se a Escola Secundária de Oliveira do Hospital, pelo que as utilizações atuais passam por atividades pontuais ao longo do ano realizadas em âmbito escolar. Verifica-se ainda o abastecimento de água por parte dos bombeiros nos poços locais.

Com o projeto proposto pretende-se trazer novas vivências a este espaço, dotando-o de funções que permitam responder às carências detetadas, através da implementação de medidas que enalteçam também o valor simbólico intrínseco ao local.

Importa referir que o presente projeto visa a participação num concurso de ideias a desenvolver futuramente pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

1.1 Objetivos

O projeto aqui apresentado tem como objetivo primeiro promover a valorização da estrutura ecológica e sua reinserção no meio urbano da cidade de Oliveira do Hospital.

Face à relevância da temática, visa-se antes de mais intervir no parque através de medidas projetuais que promovam a relação do espaço verde com a envolvente urbana, originando novas vivências aos habitantes de Oliveira do Hospital.

A carência de infraestruturas locais que permitissem o usufruto do parque por parte dos cidadãos motivou o desenvolvimento de temáticas que permitissem melhor perceber o local. Desta feita, colocaram-se os seguintes objetivos:

a. Identificar o impacto de intervenções urbanas, nas paisagens correspondentes, através do estudo de temáticas relevantes para o projeto em elaboração.

a.1 Distinguir as diferentes aceções de paisagem, analisando a sua evolução ao longo dos tempos;

a.2 Dissecar o conceito de cidade montanha, tendo em conta a sua aplicação à cidade de Oliveira do Hospital;

a.3 Explorar a génese dos parques verdes urbanos, incidindo na sua evolução nos espaços e no tempo.

b. Compreender a relação das frentes de água com o meio urbano, centrando o foco de estudo na temática das ribeiras, à semelhança do que acontece na área de intervenção.

b.1 Compreender os valores presentes nas zonas ribeirinhas, identificando as diferentes fases de relação com as respetivas cidades;

b.2 Identificar problemáticas comuns à presença de zonas ribeirinhas em meio urbano;

b.3 Distinguir diferentes metodologias de intervenção, enumerando conceitos mais relevantes neste tipo de intervenções.

Paralelamente, a partir das temáticas antes referidas, este trabalho tem como objetivo fundamental a elaboração de uma proposta de intervenção que permita a qualificação do Parque dos Marmelos através de infraestruturas que valorizem os elementos naturais ali presentes. Estas medidas compreendem a valorização do parque e da ribeira e consequentemente o melhoramento da própria cidade, bem como da sua imagem (Lynch, 1960).

1.2 Justificação do programa

A construção do programa, baseou-se na análise das carências da envolvente próxima, da própria cidade, e nas premissas apresentadas para a participação do já referido concurso de ideias para a requalificação do parque dos Marmelos, visando a implementação de um edifício de auxílio à Escola Secundária de Oliveira do Hospital.

O local da intervenção apresenta-se como um gaveto, repleto de vegetação, mas sem infraestruturas que lhe permitam a designação de parque verde urbano. A ausência de percursos pedonais, bem como a vegetação que se encontra atualmente a tapar o curso da ribeira assumiram-se desde cedo como principais fatores a considerar na proposta. Estabeleceu-se como ponto fulcral a criação de percursos que valorizassem a presença da ribeira e que simultaneamente articulassem o espaço verde com a frente de água. Por outro lado, respondendo às necessidades de auxílio à instituição escolar anteriormente referidas, decidiu-se pela criação de um Centro de Estudos, com um programa polivalente que respondesse a atividades extracurriculares, sessões de estudo e ainda realização de conferências/palestras.

Torna-se assim imperativa a intervenção neste parque verde, devido à relação de vizinhança com a instituição escolar e ao facto de esta se encontrar afastada de todas as zonas verdes consolidadas presentes na cidade.

1.3 Metodologia

À medida que se evoluiu na investigação, foi-se desenvolvendo uma metodologia de intervenção no parque, baseada no contacto com o território e na observação direta do espaço. Apenas desta forma se considerou possível verificar todos os aspetos que se pretenderam desde o início, estudar.

A metodologia foi-se adaptando aos objetivos que se propuseram inicialmente e os próprios objetivos foram sendo moldados à medida que o trabalho de campo progredia. Deste modo, considerou-se que a melhor forma de trabalhar seria segundo uma metodologia composta em três vertentes.

O contacto com o território

Para estudar a relação entre a estrutura ecológica de Oliveira do Hospital e o meio urbano, havia antes de mais que perceber o local de intervenção bem como a sua imagem.

Identificado o local de intervenção inicialmente através da cartografia existente, desde logo se percebeu que não seria possível realizar o projeto unicamente através desta mesma cartografia, não só pela falta de informação, como também porque se verificou a necessidade de sentir a envolvência e as vivências que aquele espaço transmite, que apenas é passível de ser percebido em contexto real.

Havia então que ir ao local. Começou-se por realizar alguns levantamentos fotográficos e medições no lugar, com o objetivo de estudar a estrutura verde ali presente, no sentido de definir quais as relações a desenvolver com aquele espaço.

Esta fase consistiu em deslocações sucessivas à área de intervenção paralelamente a um processo de registo de toda a informação apreendida, complementada por análises da cartografia e imagens aéreas retiradas do Google Maps.

Primeiramente tentou-se identificar as zonas de arvoredos densos existentes no parque, contrastando com as zonas de descampados, complementado por um registo fotográfico.

Posteriormente, analisou-se a ribeira, anotando as zonas onde se consideradas potenciadoras daquele espaço. Paralelamente, tal como anteriormente, foi realizado um registo fotográfico do espaço, na tentativa de retratar a situação existente e identificar problemáticas.

Enquadramento teórico

Paralelamente à fase de análise *in situ*, procedeu-se à recolha de material bibliográfico e a consulta de projetos e referências arquitetónicas considerados relevantes para o caso de estudo. Nesta fase, decidimos estudar a paisagem como um elemento fulcral das cidades. Definiu-se o conceito de paisagem e analisaram-se as características que definem cidades montanha, em busca de compreender melhor o valor simbólico da paisagem local. Posteriormente, analisou-se a génese dos espaços verdes, bem como a sua importância no desenvolvimento urbano. Dado que este trabalho se integra num espaço verde que contém um troço de ribeira, considerou-se fulcral o estudo dos valores intrínsecos às zonas ribeirinhas, passando pelas metodologias de intervenção nas mesmas.

Nesta fase decidimos confrontar a análise realizada anteriormente, com bibliografia relevante para a temática, na tentativa de perceber como se têm vindo a tratar espaços semelhantes seguindo a perspectiva de determinados autores.

Definiram-se diferentes temáticas a desenvolver, com vista à compreensão do espaço a abordar.

Desenvolvimento de uma proposta de intervenção para o Parque dos Marmelos

Por último, baseados em toda a informação recolhida no local e confrontada esta informação com a bibliografia considerada relevante, desenvolveram-se medidas projetuais de intervenção que respondessem às carências enunciadas anteriormente.

De seguida confrontaram-se estas medidas com os elementos de gestão territorial em vigor, de forma a permitir a elaboração de uma hipótese viável.

No âmbito das pesquisas realizadas, foi possível definir uma ideia de projeto que se considera ir de encontro ao objetivo fulcral deste projeto que seria a promoção da estrutura ecológica no meio urbano, na medida em que se promove um equipamento de uso público em ambiente natural, onde os diversos tipos de espaços se integrem num ambiente harmonioso.

Podemos assim sintetizar o processo de investigação em três fases fundamentais e interligadas: 1) Análise do local; 2) Enquadramento teórico das temáticas presentes no projeto; 3) Desenvolvimento da proposta de intervenção, baseada nos conceitos antes abordados.

Capítulo 2

2. Trabalhar com a paisagem

Baseados nas características do local a intervir e paralelamente à sua classificação como “solo urbano” em sede de PDM, iniciaremos aqui a análise de questões consideradas relevantes para a resolução das problemáticas já enunciadas.

A análise *in situ* do Parque dos Marmelos, mas também da própria envolvente urbana permitiu verificar a presença da noção de cidade de montanha, derivado da proximidade da Serra da Estrela, passível de se verificar enquanto “pano de fundo” da cidade.

Oliveira do Hospital é uma cidade de pequena dimensão, inserida em meio rural e, por esse motivo, ao analisar a sua imagem aérea através do Google Maps, foi possível verificar a predominância de uma considerável extensão verde sobre o edificado, sendo que não se verificam aglomerados massivos de habitação. Esta observação levou-nos a concluir a importância de explorar os espaços verdes urbanos.

Baseados nesta perspetiva, serão assim seguidamente abordados os conceitos de paisagem, cidades montanha e espaços verdes.

2.1 Paisagem

2.1.1 Definição do termo paisagem e sua etimologia

Etimologicamente, o termo de paisagem tem origem germânica, de modo que o termo *landscape* provém da palavra holandesa *landschap*, de *land*, que significa caminho ou área e é proveniente da palavra *landa* que significa terra trabalhada (Magalhães, 2001).

Quando se aplica o termo paisagem, é importante perceber que esta pode ou não ser resultado da intervenção humana. A paisagem pode apresentar-se como um ambiente intocado, designando-se como paisagem natural ou, por outro lado, revelando a presença humana através de infraestruturas ou até mesmo materiais provenientes de compostos, neste caso designando-se como paisagem construída.

Assim, para que o conceito paisagem se aplique, não é necessária a presença humana, mas no caso desta existir, funciona como uma condicionante do meio. Por sua vez, a paisagem constituída predominantemente por elementos vivos, onde a interação com o meio se nota essencialmente pela exploração agrária, designa-se por paisagem rural. No caso da presença de materiais inertes, designa-se por paisagem urbana ou industrial, no caso de se destinar exclusivamente a indústria. Ainda relativamente ao conceito de paisagem natural,

correspondente à paisagem intocada pelo Homem, constatamos que diversos autores afirmam já não existir, nem mesmo em locais como a Amazónia (Magalhães, 2001).

Em suma, a paisagem é tudo aquilo que pode ser percebido pelo ser humano através dos seus sentidos. Posto isto, numa visão arquitetónica, considera-se que a paisagem pode e deve assumir um papel fulcral aquando da realização de qualquer projeto, na medida em que se deve calcular previamente o impacto da intervenção em causa no existente, de forma a encaminhar o processo no sentido pretendido. Com esta afirmação não se pretende alegar que uma obra não se possa destacar perante a sua envolvente, no entanto, consideramos que as decisões impactuais devem ser tomadas de uma forma consciente.

2.1.2 Evolução do conceito paisagem

A assunção do conceito de paisagem surge inicialmente na pintura, no século XVI (Magalhães, 2001), quando ainda nem era designado por esse nome, nem sequer era objeto de estudo e reflexão. Surge associado à pintura como veículo de representação do mundo em que se vivia.

Foi na Holanda que o conceito de paisagem se desenvolveu, influenciado pelos denominados paisagistas ou pintores de paisagens. Nesta altura, o termo paisagem relacionava-se com a vida no campo, ou seja o equilíbrio entre o natural e a intervenção do homem na exploração do meio rural (Magalhães, 2001).

No âmbito dos movimentos artísticos dos séculos XVIII e XIX, a paisagem começou a ser representada como cenários de estéticas naturalistas, adquirindo um significado de representação da natureza perdida pelo homem da sociedade industrial. Esta noção de paisagem com o passar do tempo começou a ser alterada através da introdução de novos conceitos, provenientes do estudo da Natureza, tais como geologia, clima, fauna e flora (Magalhães, 2001).

Em Portugal, o conceito de Contínuo Natural (Cabral, 1980) aparece baseando toda a intervenção com bases ecológicas. Este condicionou a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril) como o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território.

É certo que a paisagem atua como um elemento dinâmico, que tende para um equilíbrio, através da capacidade de autorregeneração dos recursos naturais que a compõem. No entanto, esta capacidade tem limites que, caso sejam excedidos, tornam este processo irreversível.

Com o passar do tempo, o significado de paisagem evoluiu e tende a representar as interações entre objeto e observador. Como afirma Manuela Raposo Magalhães a propósito “*o significado de Paisagem evoluiu de um objecto que se vê e é caracterizado por aquilo que se vê, para aquilo que se vê, mas se caracteriza por aquilo que se não vê. Nesta acepção, a Paisagem é a imagem que resulta da interacção entre os processos naturais e os antrópicos. A essência do objecto deixou de ser ele próprio, mas aquilo que ele revela a quem o souber interpretar, o que exige uma descodificação de sinais para que, aquilo que não é visível, seja identificado*” (Magalhães, s/d: 4).

“Paisagem” passa a significar a imagem da superfície da Terra, e a interação dos agentes presentes (bióticos e abióticos), incluindo o Homem. Estes estão diretamente relacionados com disciplinas do conhecimento quer do subsolo, superfície, atmosfera mas também das próprias relações humanas. Segundo este ponto de vista, a paisagem deve ser percebida como algo que é mais aquilo que não se vê do que aquilo que é perceptível à visão, “*o estudo da Paisagem deve ultrapassar a fase de contemplação para se alargar à compreensão daquilo que se vê*”. (Neuray, 1982)

Nos últimos anos e com o crescimento do edificado a partir da 2ª Guerra Mundial, tem-se vindo a verificar uma diluição das fronteiras entre o que se considera Paisagem Rural e Paisagem Urbana. Com o êxodo rural ou simplesmente com o fascínio pela vida citadina, os solos destinados a atividades agrárias perderam a sua identidade, começando a ser povoados com novo edificado ou novas funções. Nasceram assim espaços fragmentados que não respeitam a classificação tradicional de urbano, mas que também se já não enquadram no clássico rural.

Como forma de ultrapassar esta barreira, Ribeiro Telles (1994) apresenta-nos um novo conceito designado por Paisagem Global, que consiste numa ligação entre os elementos vivos e os inertes, de modo a que seja possível ultrapassar conceitos tradicionais como Cidade e Campo. Deste modo, a Paisagem passa a contemplar variadas configurações. No entanto, desta vez, o ponto de vista do observador, complementado pela sua formação ou inexistência da mesma neste campo, vai ditar o valor da Paisagem em causa. Voltámos então ao ponto em que a paisagem é mais aquilo que não se vê do que aquilo que se vê, na medida em que cada um,

baseado nas suas experiências e de acordo com a sua perspetiva pessoal, retira dela conclusões próprias.

Para os arquitetos paisagistas, a Paisagem é entendida como uma entidade “horizontal” (Magalhães, s/d) que se situa entre o subsolo e a atmosfera. A dicotomia que esta pode encerrar é entre “Natureza” e “Cultura”, tomando por Cultura os diferentes tipos de comunidades humanas, incluindo representações simbólicas. A harmonia ou a rutura entre esta dicotomia, depende da qualidade da intervenção humana. Se esta é conscienciosa e respeita o equilíbrio natural e ecológico ou se, por outro lado, se destaca pela ignorância dos processos naturais e se afirma brutalmente perante o existente, rompendo com o equilíbrio. Caldeira Cabral distingue este processo pela afirmação “*trabalhar com a Natureza, ou contra ela*” (Cabral, 1993).

Sintetizando e utilizando a aceção de Manuela Magalhães, podemos identificar os principais paradigmas sobre o conceito de Paisagem ao longo dos tempos.

1. **Paradigma clássico** - a conceção de paisagem obedecia a leis da geometria euclidiana e da perspetiva;
2. **Paradigma pitoresco** - a noção de Paisagem correspondia à representação dos pintores paisagistas, como um cenário que evocava a natureza;
3. **Paradigma ecologista** - o conceito de Paisagem requeria o conhecimento da ecologia como base preferencial para a sua compreensão e conceção;
4. **Paradigma (contemporâneo) da Complexidade e da Inclusão** - no qual se reconhecem três componentes da Paisagem, ecológica, cultural e simbólica e se procuram metodologias de integração de todas estas perspetivas

2.2 Conceito de Cidade de Montanha

A propósito do conceito de cidade de montanha torna-se inevitável referenciar os Alpes (Matos, s/d), cordilheira que se estabeleceu como símbolo de paisagem de montanha e que serviu de base à noção moderna de paisagem no Ocidente a partir do séc. XVIII. Os Alpes eram sinónimo de sublime e o seu estudo esteve também na base de muitas teorias que representavam o espaço ideal afastado do meio urbano, de certa forma simbolizando a pureza. Este conceito serviu ainda como referência para a formulação da utopia “Cidade de Cristal” construída por Bruno Taut, em 1914. Entretanto, a montanha sofreu alterações provenientes dos processos de industrialização e do desenvolvimento do turismo, afastando-se dos cenários idílicos que inicialmente a caracterizavam.

A influência dos Alpes há muito ultrapassou as fronteiras europeias. O termo “alpinismo” é um sinal claro disso, ou até mesmo o batismo de outras cadeias montanhosas que contêm o prefixo “Alpes”, como é exemplo os Alpes Escandinavos e Alpes Neozelandeses. Esta apropriação poderá dever-se à intenção de reproduzir, de certa forma, as características intrínsecas ao local para outros pontos do planeta, ou por outro lado e já numa visão moderna, simplesmente aumentar a atratividade turística.

Em Portugal a Serra da Estrela é abordada por Miguel Torga, que lhe atribui um valor simbólico particular quando a refere como: “Coração da Pátria” (Torga, 1967: 73).

Mais tarde, Orlando Ribeiro estudou as montanhas portuguesas, entre as quais a Serra da Estrela, produzindo documentos importantíssimos sobre a exploração das paisagens serranas, paisagens estas que muitas das vezes servem como “pano de fundo” das cidades de montanha.

Desde logo, podemos colocar a seguinte questão: o que define uma cidade de montanha?

Após numerosos estudos visando a definição de cidade de montanha na Europa (Coppola, 2000), encontram-se pontos convergentes nas diferentes abordagens. Hoje aceita-se como cidade de montanha aquela que se situa em território montanhoso, bem como aquela de onde será possível avistar a própria montanha. No entanto, pensar na cidade e na montanha como um todo é um processo de certo modo contraditório, na medida em que se associam temas aparentemente opostos. Cidade estará diretamente ligado à cultura tal como a montanha estará à natureza.

A representação da montanha é uma invenção originária da cidade, de modo que durante séculos, marcou a antítese da cultura urbana (Jakob, 2004). De fato, *“cidade e montanha mantêm-se separadas física e geograficamente, simbolizando noções opostas mas complementares (...) Lembramos que, antes de surgir o interesse pela montanha propriamente*

dita, foram os assentamentos alpinos que atraíram os cidadãos em busca das curas termais” (Matos, s/d: 5).

As cidades de montanha têm origem na evolução das zonas povoadas mais altas, no entanto ainda hoje se consideram como um composto de dois elementos distintos, que funcionam de forma complementar pois ambos trazem elementos únicos que podem contribuir para esta harmonia.

2.3 Distinção dos conceitos de espaço verde e espaço verde urbano

Entende-se por espaço verde, qualquer espaço livre aberto, no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo a parques jardins ou praças. Este conceito surgiu a partir da era industrial, com o intuito não só de sanar o meio ambiente como também de recriar a presença da natureza em meio urbano. Define-se espaço verde como uma cobertura arbórea das áreas abertas ou coletivas. Estes espaços livres consideram-se fundamentais no desempenho de papéis ecológicos, como na integração dos diferentes espaços envolventes, baseando-se numa abordagem estética e ecológica. Estes permitem ainda o desempenho de atividades de lazer ao ar livre (Caporusso et al, 2008).

Por sua vez, espaço verde urbano designa-se como um *“espaço de propriedade pública, de livre acesso, com uma grande área coberta por vegetação”* (Schhipperijn, 2010: 26). Silva (2003), reforça que defendendo que estes são espaços públicos, com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal destinados à recreação. Deste modo, estas áreas consideram-se essenciais, na estrutura urbana, na medida em que funcionam como os “pulmões da cidade” (Loboda, et al, 2005).

Em síntese, podemos perceber que espaço verde e espaço verde urbano, não diferem muito na definição original, no entanto, podemos afirmar que o espaço verde urbano funciona como um espécie de réplica ou ambiente controlado pelo Homem, em meio urbano, na tentativa de sanar o ambiente e do melhoramento da imagem da cidade. De frisar ainda que, uma das grandes diferenças que os autores defendem distinguir estes dois conceitos, assenta na caracterização do tipo de solo. Isto é, espaço verde urbano, será obrigatoriamente um espaço de domínio público e de livre acesso ao cidadão comum.

2.3.1 Evolução dos espaços verdes urbanos

Como pudemos ver, o conceito de espaços verdes urbanos compreende não apenas os jardins, como também todas as zonas revestidas de vegetação (Silva, 2007). Estes contribuem para a melhoria da qualidade de vida em meio urbano, funcionando como lugares de decompressão física e visual e como espaços de descanso, que promovem a qualidade de vida nas cidades.

A noção de parque verde urbano surge em Inglaterra, no século XVII, sob influência de ideais românticos. Os primeiros jardins paisagísticos aparecem com o intuito de despertar para a observação da Natureza e amenizar problemas sociais e ambientais urbanos.

O Renascimento introduziu os jardins franceses e italianos, marcados segundo a arquitetura, onde o valor artístico era fundamental.

Por sua vez, até ao século XVIII, não obstante, já os egípcios promoviam a jardinagem egípcia como forma de resolver problemas térmicos das habitações, sendo considerada a génese dos jardins ocidentais. A China por outro lado, destacou-se pelos jardins naturalistas de cariz religioso. Na Idade Média, apareceram os jardins árabes, jardins interiores constituídos por plantas de fruto e aromáticas, evoluindo para jardins botânicos, onde se plantavam espécies de plantas medicinais (Loboda, 2005; De Angelis, 2005). No século XIX, a introdução de espaços verdes nas cidades torna-se uma constante, na tentativa de melhorar o ambiente urbano (Loboda, 2005; De Angelis, 2005).

A explosão demográfica correspondente à segunda metade do séc. XX gerou um exponencial aumento da construção habitacional e de infraestruturas. Com este aumento populacional massivo, as cidades ficaram lotadas e conseqüentemente, agravaram-se os problemas relativos à saúde pública. Neste contexto, Frederick Law Olmsted e Ebenezer Howard foram pioneiros na tentativa de sanar o meio urbano de uma forma conscienciosa (Davies et al, 2006).

Entretanto, associado aos espaços verdes surge um novo conceito de “*Continuum Naturale*”, onde se destaca a paisagem verde como principal preocupação. Defendia-se então que a paisagem verde deveria marcar presença de forma contínua na cidade, definindo diferentes funções, tais como o lazer e o enquadramento de infraestruturas e edifícios (Magalhães, 1992). De facto, atualmente os espaços verdes continuam a servir para minimizar a tensão da vida citadina ao assumir diversos significados. Estes são espaços de descontração, lazer, convívio, recreio e em muitos casos, funcionam com espaço envolvente de infraestruturas e equipamentos. O interesse cultural dos Espaços Verdes Urbanos motivou o incentivo às comunidades a usufruírem destes locais, uma vez que estes agora se assumem como envolvente dos espaços urbanos.

2.3.2 Funções dos espaços verdes urbanos

Inevitavelmente, já aqui foram referidas algumas das funções destes espaços no ambiente citadino. No entanto, de acordo com os autores consultados, consideramos relevante categorizar as diferentes funções que estes espaços assumem.

Os espaços verdes urbanos, surgem constantemente associados a vários benefícios, tais como a sustentabilidade, qualificação da paisagem urbana e melhoria da qualidade de vida

(Madureira, 2012). Reforça ainda afirmando que os elementos naturais que compõem os espaços verdes minimizam os impactos decorrentes da urbanização.

Assim, o tratamento das áreas verdes nas cidades apresenta-se como uma mais-valia, na medida em que melhora a imagem, urbana (Madureira, 2012) e ainda ajuda no controlo do clima. Considera-se então que, o estudo dos espaços verdes urbanos é fundamental para se compreender quer a estrutura, quer as interações e benefícios que dele provenham (Sá, 2013).

Segundo Sá (2013), as funções das áreas verdes em espaços urbanos podem ser agrupadas em três domínios: ambiental, social e económico.

Para a função ambiental, temos a promoção da biodiversidade, esta que é encarada como um valor a proteger, na medida que promove a regularização climática, purificação atmosférica e diminuição dos gastos energéticos (Madureira, 2012).

No que diz respeito à função social, os espaços verdes urbanos, são frequentemente utilizados como espaços de socialização. Esta função decorre da capacidade destes locais proporcionarem às populações urbanas, áreas de lazer que promovem a estética urbana e instigam ao desenvolvimento de ações de carácter educativo e pedagógico (Sá, 2013).

A função económica surge diretamente relacionada à imagem que o tratamento das zonas verdes urbanas conferem às cidades. Estas aumentam a atratividade das paisagens, que por sua vez contribuem para a promoção do local enquanto destino turístico, do qual é possível gerar receitas (Fonseca, 2010).

2.3.3 Exemplos de parques verdes urbanos em Portugal

Torres Vedras - Parque do Choupal



Figura 3 - Parque do Choupal, Torres Vedras



Figura 4 - Parque do Choupal, Torres Vedras

Santo Tirso - Ribeiro do Matadouro



Figura 5 - Ribeiro do Matadouro, Santo Tirso



Figura 6 - Ribeiro do Matadouro, Santo Tirso

Tagus - Parque linear



Figura 71 - Parque linear, Tagus



Figura 8 - Parque linear, Tagus

Analisando a bibliografia apresentada, afirmamos que hoje o conceito parque verde urbano está cada vez mais consolidado. Dos autores analisados, todos apontam os parques verdes como elementos enriquecedores do meio urbano, relativamente às funções que estes podem desempenhar na cidade.

Estas áreas verdes, são apontadas como pontos de interesse no desenho urbano, pontos esses que promovem a ligação entre os elementos fundamentais da cidade: o cidadão, o edificado e o meio.

Assumindo este papel unificador dos espaços, paralelamente à promoção da imagem urbana bem como o valor estético da cidade, consideramos estes parques verdes uma das intervenções mais enriquecedoras a realizar ao nível do projeto urbano.

Estes locais, promovem a reunião dos cidadãos, contribuindo para o seu bem-estar e para a salvaguarda do meio ambiente em que vivem. Consideramos que as vivências que estes parques oferecem, motivadas em muitos casos, pelos equipamentos que os rodeiam, ou noutros, pelo livre acesso e usufruto do espaço, a grande diferença entre estes parques e os jardins públicos. Os parques verdes urbanos, caracterizam-se como espaços polivalentes e geralmente menos regradados do que os jardins.

CAPÍTULO 3

3. Trabalhar com frentes de água

Se a existência de cursos de água se configurou como um dos motivos mais importantes para a formação de aglomerados e conseqüentemente a criação de cidades, atualmente deparamo-nos com uma subvalorização ou mesmo negligência desses troços de água, que acabam frequentemente por desaparecer. Esta praxis, tem vindo ao longo do tempo a degradar os espaços ribeirinhos e conseqüentemente a originar um desinteresse por parte dos cidadãos no seu usufruto.

Ao referir frentes de água urbanas, englobamos um vasto leque de opções, entre elas: frentes de mar, rios, ribeiras, lagos, entre outros. No entanto, centremo-nos no estudo das frentes de água, resumindo-as a pequenos cursos/ribeiras, como forma de explorar um ambiente semelhante ao existente no local de intervenção, proporcionado pela presença da Ribeira de Cavalos.

A simbiose entre a Ribeira de Cavalos e o Parque dos Marmelos, motivou-nos neste capítulo a refletir sobre os valores das zonas ribeirinhas, dissecando perspetivas de requalificação paisagística que permitam o usufruto do espaço por parte dos cidadãos.

3.1 Valores das zonas ribeirinhas

Ao longo dos anos, como resultado da industrialização/mecanização, as zonas ribeirinhas foram perdendo a sua essência de espaços ecológicos e, em muitos casos, transformaram-se em elementos desagradáveis para as populações circundantes. Espaços que outrora serviam como fonte de água e/ou alimento, via de comunicação ou meio de defesa, hoje em dia, muitos são os casos de amontoados de lixeira e maus cheiros.

Atualmente, resultado da consciencialização para a preservação dos recursos naturais, descrita no Capítulo 2, podemos referir que nos encontramos numa fase regeneradora da estrutura ecológica através de propostas de valorização da mesma. Saraiva (1999), caracteriza as várias fases que representam a relação entre o Homem, o território e os sistemas fluviais. Num momento inicial é referida a fase de “temor”, esta que leva o Homem a sacralizar os acontecimentos naturais como cheias ou secas associando a água a mitos, tais como, a associação do dilúvio a rituais de purificação dos pecados. Posteriormente, a fase da “harmonia”, como é denominada pela autora, revela o ajuste das sociedades à presença destes recursos hídricos, bem como à sua exploração harmónica pela forma de pesca, moagem ou agricultura. Esta exploração visava o usufruto das linhas de água de uma forma consciente respeitando a sua génese. A fase de “controlo” é considerada uma fase mais técnica, na medida em que se apresenta como uma fase que visa o domínio sobre as linhas de água, de modo a

maximizar os seus benefícios, controlando os malefícios. Hoje em dia é a Hidráulica que se ocupa deste controlo através da construção de barragens ou obras semelhantes. Estas construções ameaçam, em muitos dos casos, a integridade ecológica e paisagística destes locais. Por último, podemos encontrar, ainda relativa à reconciliação do Homem com a Natureza, a fase de “recuperação”. Esta fase sucede à “degradação”. Como o nome indica, a fase de recuperação visa a correção de problemáticas derivadas do excessivo uso ou até mesmo da poluição do recurso, pretendendo-se então minimizar impactos e corrigir erros.

Em suma, estas fases representam uma linha cronológica que destaca a evolução da degradação das linhas de água ao longo dos tempos. Parte-se de um momento inicial onde estas eram ricas em fauna e flora, até à destruição/desrespeito pelas mesmas, transformando-as em corredores de acumulo de lixo e mau cheiro. Felizmente, esta sucessão apresentada é rematada por uma fase de recuperação, o que nos indica que neste momento estes elementos já são tidos em conta no âmbito da reabilitação urbana.

De acordo com o ponto de vista de Bruttomesso (1993), as zonas ribeirinhas tornaram-se num dos mais importantes “fenómenos” integrados na reabilitação urbana. O autor considera que a cidade redescobriu a água e as suas potencialidades e enumera os principais fatores que crê terem conduzido a esta redescoberta:

- Valor estratégico para o desenvolvimento urbano, já que as zonas ribeirinhas respondem às necessidades de expansão urbana e motivam a criatividade na formulação de propostas;
- Centralidade, na medida em que é frequente existir contacto direto do curso de água com o centro da cidade;
- Património rico em infraestruturas e edifícios, remetendo para os tempos de atividade portuária e comercial;
- Contacto direto com a água, pois este torna-se facilmente um ponto de interesse que atrai pessoas e diversas atividades;
- Valor evocativo e simbólico, que como o nome indica remete para o passado industrial e naval.

No desenho de projeto urbano, interessa salvaguardar os valores ecológicos e paisagísticos, algo que muitas das vezes não é tido em conta.

Saraiva (1999), analisa os valores ecológicos das zonas ribeirinhas segundo o ponto de vista de corredor ambiental. Este conceito comporta áreas de carácter protegido, geridas com objetivos ecológicos, estéticos e culturais. Os valores anteriormente referidos, segundo a autora, de um modo geral, seguem as seguintes características:

- Estrutura linear ou curvilínea;
- Servem de elemento unificador ou separador dos espaços;

- Constituem habitats naturais para a proteção e crescimento de espécies de fauna e flora;
- Permitem o fluxo ascendente das águas subterrâneas, permitindo a retenção de nutrientes;
- Desenvolvimento de plantas aquáticas por ensombramento;
- Diversidade da paisagem, valorização do património natural.

No que diz respeito aos valores paisagísticos, estes podem ser analisados segundo critérios específicos de apreciação e valorização de paisagens. Estes métodos podem ser do tipo profissional ou comportamental. (Saraiva, 1999). A abordagem profissional é baseada em estudos realizados por entidades ou unidades especializadas (arquitetos paisagistas, urbanistas e gestores de recursos naturais), com fim de qualificar o valor cénico da paisagem, resultando em recomendações a integrar em projetos de intervenção urbana. Por outro lado, o método comportamental rege-se baseado na perspetiva de observadores, sem especialização no tema, seguindo apenas o valor da paisagem derivado do estímulo que esta provoca no observador. Este método procura encontrar a imagem coletiva, como era referenciada por Kevin Lynch (1960).

3.2 Metodologias de intervenção em ribeiras urbanas

Da análise a Pardal (2000), Saraiva (1999) e Telles (1985), podemos retirar alguns princípios a aplicar nas intervenções em ribeiras urbanas. Estes variam de caso para caso, mediante o estudo da situação existente e deverão ser realizados por equipas multidisciplinares, de forma a obter métodos de integração do edificado com a estrutura ecológica. Dentro destas metodologias surgem alguns conceitos, como por exemplo: conservação/preservação, recuperação, reabilitação, valorização e integração.

Conservação/preservação - Para Pardal (2000) este é um processo que se estende no tempo, em que a integridade do objeto depende de ações preventivas periódicas. O ICOMOS¹ separa o conceito conservação do de preservação, de modo que entende por conservação o conjunto de processos preventivos no sentido de conservar as suas características originais, ainda que aceite intervenções. Por sua vez, define preservação como um processo de manutenção, produzindo uma desaceleração do seu processo de degradação.

Em zonas ribeirinhas, as ações de conservação e preservação permitem a continuidade da estrutura ecológica, bem como a sua longevidade. No entanto, como podemos perceber anteriormente, estas são ações distintas, pois a conservação existe mesmo antes de o objeto

¹ Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

sofrer degradação, ao passo que a preservação consiste no tratamento do objeto de forma a desacelerar o processo de degradação já iniciado.

Recuperação - Para Telles (1985), a recuperação deverá incidir sobre áreas já degradadas ou destruídas. Pardal (2000), acrescenta que o objetivo principal deste processo é tornar novamente utilizável um espaço degradado. Saraiva (1999), por sua vez, define a recuperação como o objetivo de retorno ao estado de pré-perturbação, defendendo que quando esse retorno é total se trata de restauro.

Reabilitação - Segundo Pardal (2000), a reabilitação representa um trabalho na melhoria da qualidade do edifício ou trecho urbano, através de medidas arquitetónicas.

De notar que, no processo de reabilitação urbana, a morfologia urbana é mantida nos seus traços originais, permitindo pontuais substituições de edifícios.

Valorização - O processo de valorização consiste no melhoramento de um atributo natural ou edificado. Nas propostas de intervenção urbana, onde se pretende valorizar uma zona ribeirinha, deve-se dotar aquele espaço de elementos atrativos que dinamizem o espaço e motivem a vivência por parte de quem usufrui. (Saraiva, 1999)

Integração - De acordo com Saraiva (1999), integração visa a coexistência entre dois ou mais objetos. As zonas das ribeiras fazem parte da estrutura ecológica do sistema urbano. A cidade, por sua vez, deve justificar e promover as qualidades destas partes, pelo que é fulcral o tratamento equitativo de modo a evitar a segregação urbana.

Sintetizando, todos os conceitos acima indicados resultam da necessidade de requalificação destes espaços, bem como da sua integração na malha urbana. Deste modo, conclui-se que na intervenção em zona ribeirinha, acompanhada de espaço verde urbano, como é exemplo o caso de estudo, estes conceitos deverão funcionar como temas complementares, na medida em que todos eles serão aplicáveis em determinada altura do projeto.

Em suma

O crescimento citadino desequilibrado, que tem vindo a ocorrer ao longo dos últimos anos, tem resultado numa degradação visível de espaços naturais, como zonas de ribeiras.

A consciencialização das problemáticas deste crescimento suscitou a necessidade de voltar a valorizar os recursos naturais presentes na cidade, de forma a garantir novamente a qualidade de vida que estes proporcionam. Assim sendo, as cidades ecologicamente conscientes começaram a trabalhar no desenho urbano, de modo a integrar estes elementos naturais na paisagem, enriquecendo-a.

Deste modo, a reabilitação de zonas ribeirinhas em contexto urbano obriga ao conhecimento de medidas de restrição de utilidade pública, como REN, a RAN e as servidões

administrativas, como o DPH. Estas medidas, para além de regularem o espaço, devem contribuir para a sua valorização paisagística.

Como pudemos perceber, as medidas projetuais de intervenção em zonas ribeirinhas urbanas dependem da situação percebida *in situ*. Todavia, importa salientar a relevância dos princípios apresentados: reabilitação, preservação, recuperação, valorização e integração, que serviram para a formulação do projeto de intervenção na Ribeira de Cavalos, visando a devolução do seu carácter natural.

3.3 Condicionantes urbanísticas em zonas ribeirinhas

Intervir em zonas ribeirinhas inseridas em perímetro urbano obriga à consideração de determinados domínios legais:

Sistema de gestão territorial: destaca-se o requisito da conformidade com os instrumentos de gestão territorial em vigor como é exemplo o Plano Diretor Municipal (PDM), onde é possível verificar regras de edificabilidade bem como do uso do solo proposto no âmbito municipal.

Condicionantes ao uso do solo: destaca-se a REN² (Reserva Ecológica Nacional), que consiste num elemento de salvaguarda de elevada sensibilidade ecológica e a RAN³ (Reserva Agrícola Nacional) que visa a proteção das áreas com maior aptidão agrícola.

Gestão dos recursos hídricos: destaca-se o DPH⁴ (Domínio Público Hídrico e Zonas Adjacentes), como servidão administrativa que abrange disposições sobre os leitos, margens e zonas adjacentes às linhas de água.

Defesa contra cheias e proteção civil⁵: onde são estabelecidas algumas disposições relativas ao controlo de cheias e proteção das redes hidrográficas.

² Decreto-Lei nº166/2008 (Regime Jurídico da REN)

³ Decreto-Lei nº73/2009 (Regime Jurídico da RAN)

⁴ Decreto-Lei nº54/2005 (Titularidade dos recursos hídricos)

⁵ Decreto-Lei nº45/94(Planeamento, elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos)

CAPÍTULO 4

4. Memória descritiva e justificativa

A presente memória descritiva e justificativa refere-se ao projeto urbano cujo objeto de intervenção é o parque dos Marmelos, um parque verde situado na cidade Oliveira do Hospital, que tem como elemento fronteiro um troço da Ribeira de Cavalos. É objetivo fulcral deste projeto intervir de modo a promover a estrutura ecológica do parque, bem como a sua relação com a ribeira existente.

4.1 Conhecendo a cidade de Oliveira do Hospital

A cidade de Oliveira do Hospital é uma cidade de interior, que tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos. As transformações registadas da cidade podem ser sintetizadas com arcos cronológicos de uma trintena de anos.

A carta mais antiga data de 1943, tratando-se de um levantamento topográfico registado pelo exército português, desenhado à escala 1:2500. Entre 1943 e 1970, a cidade recebeu infraestruturas de grande valor para a população, entre elas, o Hospital, a sede dos Bombeiros Voluntários, a escola profissional, um Hotel, o primeiro Campo Desportivo Municipal, juntamente é claro com um aumento do loteamento.

O “boom” urbanístico de Oliveira do Hospital deu-se após a revolução de 25 de Abril de 1974, fruto essencialmente do retorno dos emigrantes das ex-colónias. Neste período, a densidade populacional de Oliveira cresceu cerca de 25%, o que levou mais tarde, já em 1993, a vila de Oliveira do Hospital a ser elevada a cidade.

O crescimento referido criou problemas ao nível do planeamento urbano, como em muitos outros locais. Desta feita, a grande preocupação dos últimos anos tem sido coser estes vazios urbanos e promover a continuidade entre os espaços.

Em 2015 afirma-se que o centro da cidade encontra a sua estrutura consolidada.

Nesta última candidatura da Câmara Municipal, foi dado a conhecer um documento que contempla uma área de reabilitação urbana (ARU), que visa a consolidação e requalificação dos espaços obsoletos, bem como a salvaguarda dos valores patrimoniais.

4.2 Justificação do projeto no contexto de Oliveira do Hospital

A hipótese de projeto surge da análise ao documento da área de reabilitação urbana da cidade de Oliveira do Hospital, onde sobressai a necessidade de intervenção no Parque dos Marmelos, juntamente com a Ribeira de Cavalos.

Para esta intervenção, seriam tidas em conta propostas que visassem a criação de um sistema de percursos para o parque, que criasse uma articulação entre todos os espaços e que promovesse a presença da ribeira no espaço. Era também referida a criação de um equipamento de apoio à escola, que assegurasse o funcionamento de atividades extracurriculares. Por último, torna-se imperativo salientar a necessidade do tratamento e requalificação do curso da ribeira.

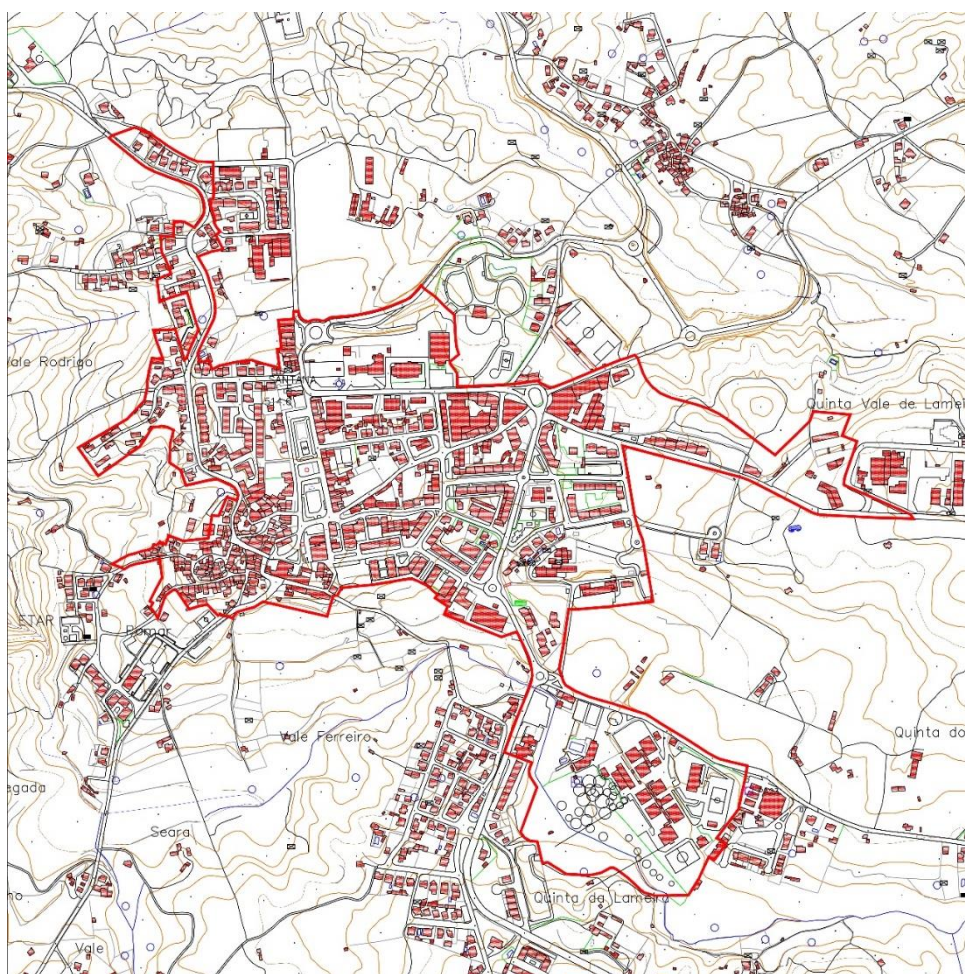


Figura 9 - ARU (Área de Reabilitação Urbana) - Oliveira do Hospital, Escala gráfica

4.3 Área de estudo

O terreno de estudo situa-se na cidade de Oliveira do Hospital, forma um gaveto resultante da implantação da Escola Secundária com 3º Ciclo de Ensino Básico de Oliveira do

Hospital e o Complexo Municipal de Piscinas e Campos de Ténis. A única forma de acesso ao local é pela Rua Comendador Manuel Rodrigues Lagos.

Com aproximadamente 3,1 hectares, a área de intervenção é delimitada pela Ribeira de cavalos a sudoeste e a oeste, pela escola secundária a nordeste, e pelo edifício das piscinas a norte e a este. A sua topografia é plana, assumindo um desnível de 2.00 metros entre a cota mais elevada de 481,00 metros e a mais baixa de 479,00 metros.

As margens da linha de água, bem como o seu curso, encontram-se em solo natural, obstruídos e sem guardas, salvo pontuais exceções onde há a presença de granitos.

A envolvente do terreno caracteriza-se por um conjunto variado de serviços, desde o edifício da escola, o das piscinas municipais, ao hospital e centro de saúde. A componente residencial também se encontra presente, como é exemplo o loteamento do Margarido. Na outra margem da ribeira, os terrenos são de propósito agrícola.

A situação existente repercute-se no desaproveitamento de um espaço cheio de potencial onde os habitantes poderiam disfrutar dos seus tempos livres. Neste momento o parque encontra-se abandonado, mas encerrado por falta de condições e infraestruturas que lhe confirmam a designação de parque.

A realidade do local, pode ser verificada nos registos fotográficos a seguir apresentados. Consideramos que neste momento o parque se mantém minimamente limpo, derivado das utilizações pontuais ao longo do ano. No entanto, como poderemos verificar com algumas das fotografias, essencialmente a zona da ribeira, encontra-se cheia de vegetação, ao ponto de não ser possível ver a água na estação de Verão.

Fotografias da situação existente



Figura 10 - Entrada Parque dos Marmelos - Zona da escola secundária



Figura 11 - Entrada Parque dos Marmelos



Figura 12 - Zona do parque junto da ribeira



Figura 13 - Parque dos Marmelos



Figura 14 - Parque dos Marmelos



Figura 15 - Parque dos Marmelos



Figura 16 - Entrada Parque dos Marmelos - Zona campos de ténis



Figura 17 - Parque dos Marmelos - local de implantação do centro de estudos



Figura 18 - Parque dos Marmelos - Local de implantação do centro de estudo visto da estrada



Figura 19 - Ribeira de Cavalos - Situação atual

4.4 Construção do programa

A praxis comum nas propostas de intervenção urbana de privilegiar a estrutura edificada em detrimento da estrutura ecológica, gerou uma desvalorização dos recursos naturais, como são exemplo as zonas ribeirinhas. A par desta desvalorização, assistimos a uma degradação inevitável destes recursos, sem cuidado ou tratamento. A presença da Ribeira de Cavalos no parque é um bom exemplo disso.

Relacionar a estrutura ecológica com a estrutura edificada potencia a criação de paisagens urbanas, com soluções criativas e muito significativas a nível ambiental, social, cultural, histórico e até mesmo económico, facto que se deve à presença da água.

Por outro lado, e como já referido anteriormente, os objetivos específicos desta dissertação respeitam um programa sugerido pela Câmara Municipal, relativo quer à intervenção no parque, quer na ribeira. Como tal, elaborou-se uma lista que apresenta os objetivos diretamente relacionados com o tópico correspondente (Parque/Ribeira/Edifício). A apresentação dos objetivos separados por tópicos é apenas um modo a tornar mais legíveis as intenções, pois a unidade do projeto esteve sempre presente em todas as fases de criação.

Parque dos Marmelos

- Preservação do maior número de árvores existentes possível de modo a garantir a conservação da imagem natural do parque;
- Implementação de percursos pedonais e passadiços;
- Criação de zonas de lazer e de passeios ribeirinhos;
- Criação de novas zonas de sombra através de novas árvores;
- Promoção de zonas de convívio pontuais e descampadas, rompendo um pouco com a vegetação existente.

Ribeira de Cavalos

- Desobstrução do leito da ribeira, através da sua limpeza e aplicação de empedrado;
- Uniformização da largura do leito ao longo de todo o parque;
- Promoção da qualidade do desenho urbano, assumindo o parque como um elemento de ligação entre os espaços envolventes.

Centro de estudos

- Criação de um edifício de suporte à escola existente;
- Definição de espaços interiores polivalentes que assegurem o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas.

4.5 Confrontação com os elementos de gestão territorial em vigor

4.5.1 Enquadramento no PDM de Oliveira do Hospital

O único instrumento de planeamento em vigor na área de intervenção é o PDM (Plano Diretor Municipal) de Oliveira do Hospital, cujo regulamento está publicado em Diário da República através da Resolução de Conselho de Ministros nº189 de 1 de Outubro de 2014.

Artigo 36º - Ao analisar o PDM de Oliveira do Hospital, foi possível identificar a classificação do solo em questão. Segundo o artigo 36º alínea d), percebemos que os espaços verdes são contabilizados como Solo Urbano.

Artigo 52º - Após esta constatação, a respeito do documento anteriormente indicado, na secção IV referente aos Espaços verdes, no artigo 52º alínea i), verificamos que o parque dos Marmelos de momento se insere na categoria de espaço verde urbano.

Artigo 53º - No que diz respeito às regras de ocupação e edificabilidade, tal como o artigo 53º nos sugere, neste local além dos pavimentos, muros, muretes, acabamentos de construção e mobiliário urbano, apenas é permitida a construção de elementos escultóricos; relacionados com água (tanques, fontes, repuxos...); noras e outros elementos existentes e com interesse. Ainda no mesmo artigo é referido que serão condicionadas ao previsto artigo 54º ampliações e novas construções cuja finalidade se integre nos programas de animação, cultura, desporto, recreio e de lazer constituídos ou a constituir.

Artigo 54º - Para responder às questões de edificabilidade e estacionamento, o artigo 54º indica-nos que a construção e ampliação de equipamentos cuja finalidade se integre nos programas de animação, cultura, desporto, recreio e de lazer constituídos ou a constituir nesta área, não poderá ultrapassar o índice de ocupação do solo de 3% aplicado à totalidade da área.

O número de lugares de estacionamento deverá ser calculado mediante o número de utentes previstos e equipamentos existentes, calculados a partir dos critérios fixados no artigo 38º.

O edificado terá como número máximo de pisos um piso.

4.5.2 Enumeração das condicionantes presentes no local

De acordo com a planta de condicionantes do PDM de Oliveira do Hospital, à escala 1:10 000, as condicionantes ao uso do solo dizem respeito às servidões administrativas e às meras restrições de utilidade pública. Por servidão administrativa entende-se a limitação ao direito de propriedade em função de interesses públicos concretos, e por mera restrição de utilidade pública entende-se a limitação ao direito de propriedade em função de interesses públicos

abstratos, como seja a valorização dos solos de grande aptidão agrícola, que constam da reserva Agrícola Nacional. Assim, na área de estudo as condicionantes são:

- REN/ Reserva Ecológica Nacional;
- RAN/ Reserva Agrícola Nacional;
- Linha de água da ribeira de Cavalos.

Como descrito no PDM de Oliveira do Hospital, já anteriormente referido, no caso de haver construção em espaços verdes urbanos, como acontece no caso de estudo, o índice de ocupação do solo nunca pode ser superior a 3%.

4.5.3 Compreender a Reserva Ecológica Nacional (REN)

A REN foi criada em 1983 com intuito de proteger as áreas consideradas de maior valor e sensibilidade ecológica. Esta constitui uma limitação de utilidade pública, o que em termos legais se assume como uma limitação ao direito de propriedade. As áreas incluídas na REN são obrigatoriamente designadas através da planta de condicionantes, bem como em todos os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente: planos regionais, os planos municipais e os planos especiais de ordenamento do território. Pretende-se com a REN a proteção dos recursos naturais, com destaque na água e no solo, de forma a salvaguardar processos naturais de regeneração da estrutura ecológica, indispensáveis a uma boa gestão do território. As zonas ribeirinhas são abrangidas pela REN e fazem parte das “*áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre*”⁶. Posto isto, operações de loteamento urbano, obras de urbanização e construção de edifícios, construção de vias de comunicação, escavações e aterros ou destruição do revestimento vegetal, são considerados incompatíveis com os objetivos de preservação ecológica definidos.

4.5.4 Compreender a Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Em paralelo com a REN, a RAN constitui uma restrição de utilidade pública que tem como objetivo proteger as áreas com maior aptidão para a produção de bens agrícolas, de forma a garantir o pleno aproveitamento das suas potencialidades. Pretende-se que estas áreas se assumam como elementos fundamentais no equilíbrio ecológico das paisagens, restringindo ações que promovam a destruição das potencialidades agrícolas como operações de loteamento urbano. Apenas serão aceites construções de edifícios para a habitação do agricultor no caso de não haver alternativa viável. No entanto, estas obras devem contribuir para a valorização da área como, por exemplo, construções com finalidade exclusivamente agrícola, obras de defesa do património ou instalações de recreio e lazer, direcionadas para esta vertente agrícola.

⁶ Decreto-Lei nº166/2008, Art4º, nº3, alínea a)

Do mesmo modo que acontece na REN, na RAN os solos interditos também se encontram identificados na planta de condicionantes, bem como nos instrumentos de gestão territorial anteriormente descritos.

4.5.5 Compreender o Domínio Público Hídrico e Zonas Adjacentes

O domínio público hídrico inclui o domínio público marítimo, fluvial e das restantes águas⁷ e constitui um tipo de servidão administrativa que regula as utilizações dos solos a par dos instrumentos anteriormente indicados.

A lei nº 54/2005 estabelece a titularidade dos recursos hídricos, isto é, das águas e respetivos leitos e margens, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas, definindo os seguintes conceitos⁸:

- Leito: terreno coberto pelas águas quando não sujeitas a inundações, tempestades ou cheias.
- Margem: faixa de terreno contíguo à linha que delimita o leito, cuja largura é contada a partir da linha limite do leito:
 - 50,00 metros: águas do mar; navegáveis ou flutuáveis, sujeitas a jurisdição das autoridades marítimas;
 - 30,00 metros: restantes águas navegáveis ou flutuáveis;
 - 10,00 metros: águas não navegáveis nem flutuáveis.
- Zona adjacente: área contígua à margem ameaçada pelo mar ou pela cheia. Esta compreende a área desde o limite da margem até à linha alcançada pela maior cheia dos últimos anos ou conhecida.

4.5.3 Resultado da análise das condicionantes presentes

Da análise das plantas da RAN (Reserva Agrícola Nacional) e da REN (Reserva Ecológica Nacional) do PDM de Oliveira do Hospital, concluiu-se que apenas uma pequena parcela da área de estudo é abrangida pela RAN. Já no que diz respeito à REN, esta define um limite de 10m de afastamento na zona da fronteira com a ribeira, aplicável a toda a sua extensão.

Dos 3,1 hectares, a REN ocupa aproximadamente 0,5 hectares do terreno da proposta, o que corresponde aproximadamente a 16,1% da superfície total, enquanto a RAN ocupa apenas 0,06 hectares, o equivalente a 1,9% da superfície total.

A planta abaixo representa uma síntese da afetação destas condicionantes à área de intervenção.

⁷ Lei nº54/2005, Art. 1º, nº2

⁸ Lei nº54/2005, Art. 10º, 11º e 24º

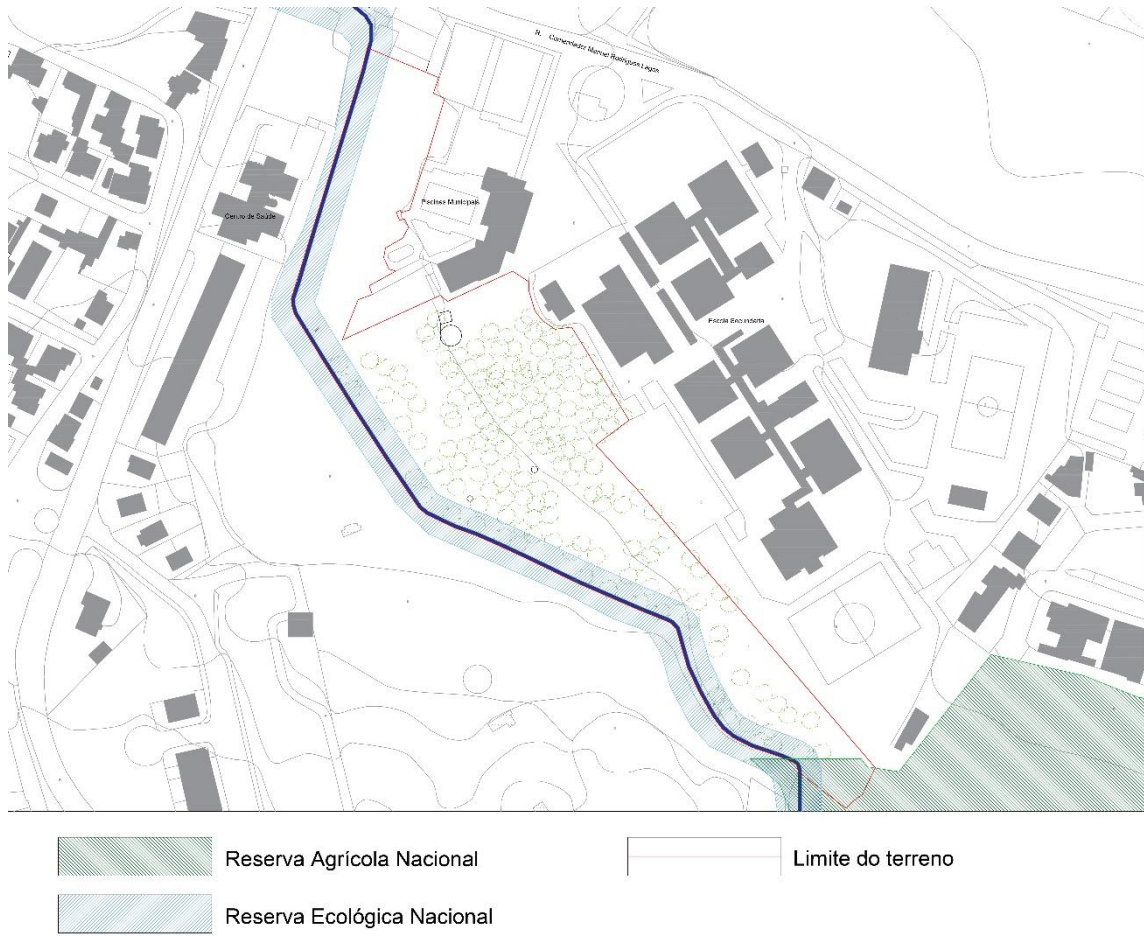


Figura 20 - Planta - Síntese das condicionantes, Escala: gráfica.

4.5.3 Planta de Ordenamento

Da análise realizada à planta de ordenamento, percebemos que a área de intervenção abrange apenas solo destinado a áreas verdes de utilização coletiva. Como definido em PDM, e anteriormente apresentado, para este tipo de solo nem apenas construções que respeitem as categorias de recreio, lazer e educação, que é o caso do projeto apresentado, poderão ser construídas. Nestes casos, o índice de ocupação do solo nunca poderá ultrapassar os 3% da área total do parque. Na planta abaixo apresentada é possível verificar exatamente isto, onde a área representada a verde corresponde à área do parque do Marmelos.

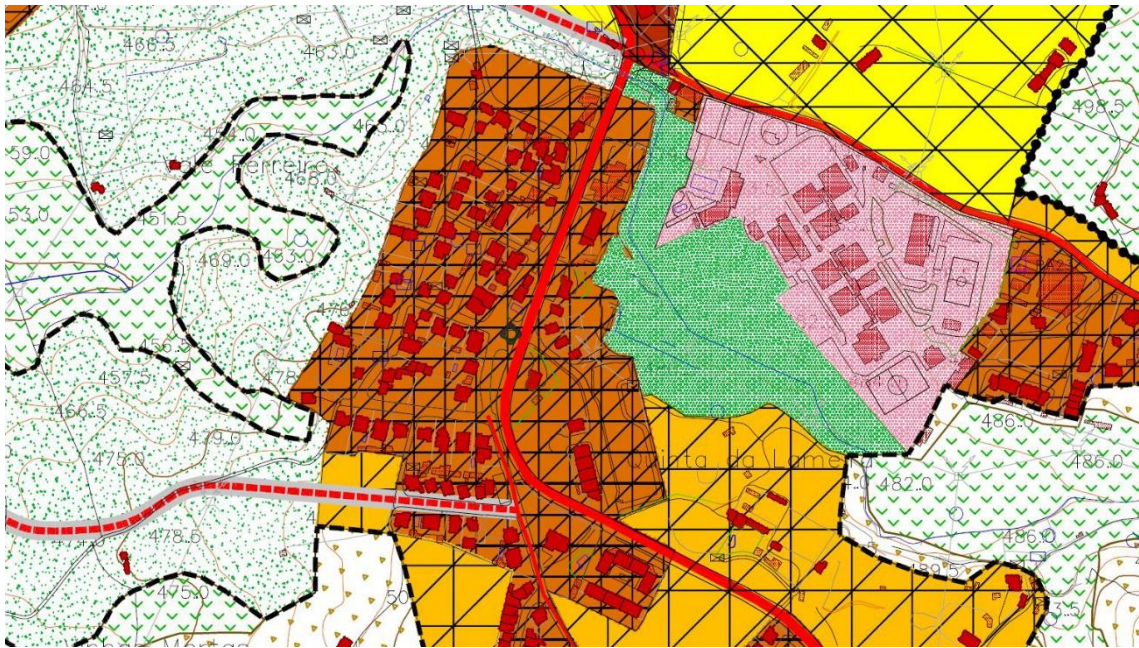


Figura 21 - Parcela da Planta de Ordenamento de Oliveira do Hospital

4.6 Proposta de intervenção no Parque dos Marmelos

Espaço verde como envolvente cultural. Intervenção no Parque dos Marmelos, Oliveira do Hospital

Pretende-se para a área de estudo a criação de uma rede composta por dois tipos de percursos pedonais, diferenciados no material de construção, de forma a permitir a visita ao parque pelo público em geral. A distinção dos percursos em dois materiais diferentes assenta na ideia das diferentes formas de caminhar, nomeadamente as diferentes velocidades adotadas. Deste modo, o percurso cujo pavimento é composto por neoasfalto e que circunda o parque sempre próximo dos seus limites, destina-se a um percurso pedonal mais rápido, que poderá até ser utilizado para treinos de corrida ao ar livre. Por sua vez, o percurso criado na zona mais interior do parque, visa uma caminhada mais calma, por entre o arvoredo já existente. Como tal, este foi criado na forma de passadiço, elevado do solo, baseando-se no conceito de visita/exploração de algo que já existia e deve ser preservado. Mais uma vez, esta distinção visa garantir a oferta de um programa variado de usos, atividades ou funções. Importa ainda referir que ao longo destes percursos, haverá zonas de descanso, piquenique e ainda uma zona com equipamentos para a prática de exercício físico.

O tratamento da Ribeira tratava-se de algo que merecia especial destaque. A sua presença traz um potencial enorme ao parque, pois permite um passeio em ambiente verde, acompanhado por uma linha de água. Foi isso mesmo que se tentou explorar, ao implementar um dos percursos paralelos ao seu curso.

A requalificação de um parque verde exige a tomada de decisões que, como referimos ao longo desta dissertação, podem ter impacto na Estrutura Ecológica do local, bem como na sua paisagem. Para este projeto, definiu-se desde o início que o principal objetivo seria a preservação do máximo de estrutura verde/natural existente. Este facto motivou-nos a considerar a implantação do edifício na zona onde não existiam árvores. Deste modo, o parque apresenta-se como um “jardim” público daquele que será o Centro de Estudos de Oliveira do Hospital.

4.6.2 Construção do programa

O programa do projeto urbano a criar prevê para a área de estudo as seguintes ações:

- Percurso pedonal que acompanhe os limites do parque, permitindo a formação de um circuito que permita o passeio à beira da ribeira;
- Percurso pedonal em forma de passadiço, que permita um passeio mais lento por entre as árvores existentes no parque;
- Tratamento do pavimento da zona da entrada que se encontra entre as piscinas e a escola secundária, de forma a facilitar o acesso aos veículos de emergência dos bombeiros voluntários para os seus abastecimentos;
- Tratamento do leito da ribeira, bem como a criação de uma guarda em toda a sua extensão;
- Centro de estudos, cujo programa interno é composto por:

Divisão	Área
Sala de estudo	120m ²
Arquivo	25,5m ²
Gabinete	8,1m ²
2 Gabinetes	5,4m ² /unidade
Sala de professores	25,3m ²
Sala de reuniões	8,5m ²
Bar e zona de estar	73m ²
Instalação sanitária masculina	8,5m ²
Instalação sanitária feminina	8,5m ²
Instalação sanitária deficientes	4,3m ²
Receção	44m ²
Sala polivalente	156,8m ²
Arrumos	20m ²
Sala de conferências 100 lugares	124m ²
Sala de aula 1	31m ²
Sala de aula 2	35m ²
2 Dispensas salas 1 e 2	4,7m ² /unidade
Instalação sanitária masculina	5,8m ²
Instalação sanitária feminina	5,8m ²

Tabela 1 - Áreas

4.6.3 Construção do conceito

O conceito para este projeto assenta na dualidade de situações. A convivência do verde com o edificado. Esta dualidade nasceu de uma das visitas realizadas ao Parque e foi transposta para os materiais a utilizar, onde cada um deles tem significados diferentes. Isto é a troca de materiais, nunca será inocente.

Desde essa visita, que se considerou que aquele era um espaço que ainda desprovido de qualquer infraestrutura que permitisse a visita aos cidadãos, se apresentava como um espaço agradável e de comunhão com a Natureza. Posto isto, inicialmente definiu-se que em projeto, a visita ao parque deveria ter um carácter controlado, através da utilização de passadiços para todos os percursos. No entanto, no desenvolvimento da proposta, considerámos que para fins recreativos e de treino, o passadiço não seria o melhor pavimento a adotar e, por este motivo, optou-se pela implementação de um dos percursos em neoasfalto.

Por sua vez, para a definição do Centro de Estudos, pretendia-se a criação de um e que representasse de certa forma a “imagem” da simbiose entre a Urbanização e a Natureza. Para isto, optou-se por criar um edifício em forma de paralelepípedo, onde o seu revestimento simbolizava esta dicotomia. Por um lado, o aspeto limpo e branco do sistema capoto, representando a mão humana e o trabalho controlado e preciso, em contraste com o acabamento em betão, um acabamento “rude”, que consideramos assemelhar-se à natureza.

Esta distinção de acabamentos funciona não só para a integração do edifício na envolvente, como também é transportada para o seu interior. Neste caso, a zona de betão funcionará em ambiente “open space”, à semelhança do que acontece nos espaços verdes, enquanto a zona revestida a capoto funcionará através de compartimentos.

No que diz respeito à presença da Ribeira, esta foi o elemento que motivou a organização espacial, essencialmente no que diz respeito à distribuição dos percursos.

Em síntese, podemos afirmar que o conceito deste projeto assenta na coexistência harmónica do natural com o urbano, representada através da materialidade dos elementos a construir.

4.6.4 Percursos

(Importa referir que para a compreensão das medidas projetuais adotadas, justificadas no restante desenvolvimento da presente memória descritiva, é fundamente ter presente a planta síntese da proposta, A2).

Propõe-se como medida projetual essencial à requalificação do parque e consequente valorização da ribeira, bem como de toda a estrutura ecológica, o desenho de dois percursos pedonais que se ligam em determinados pontos. A partir deste conceito, foi possível distinguir duas formas de viver o parque, como pode ser verificado na planta de percursos.

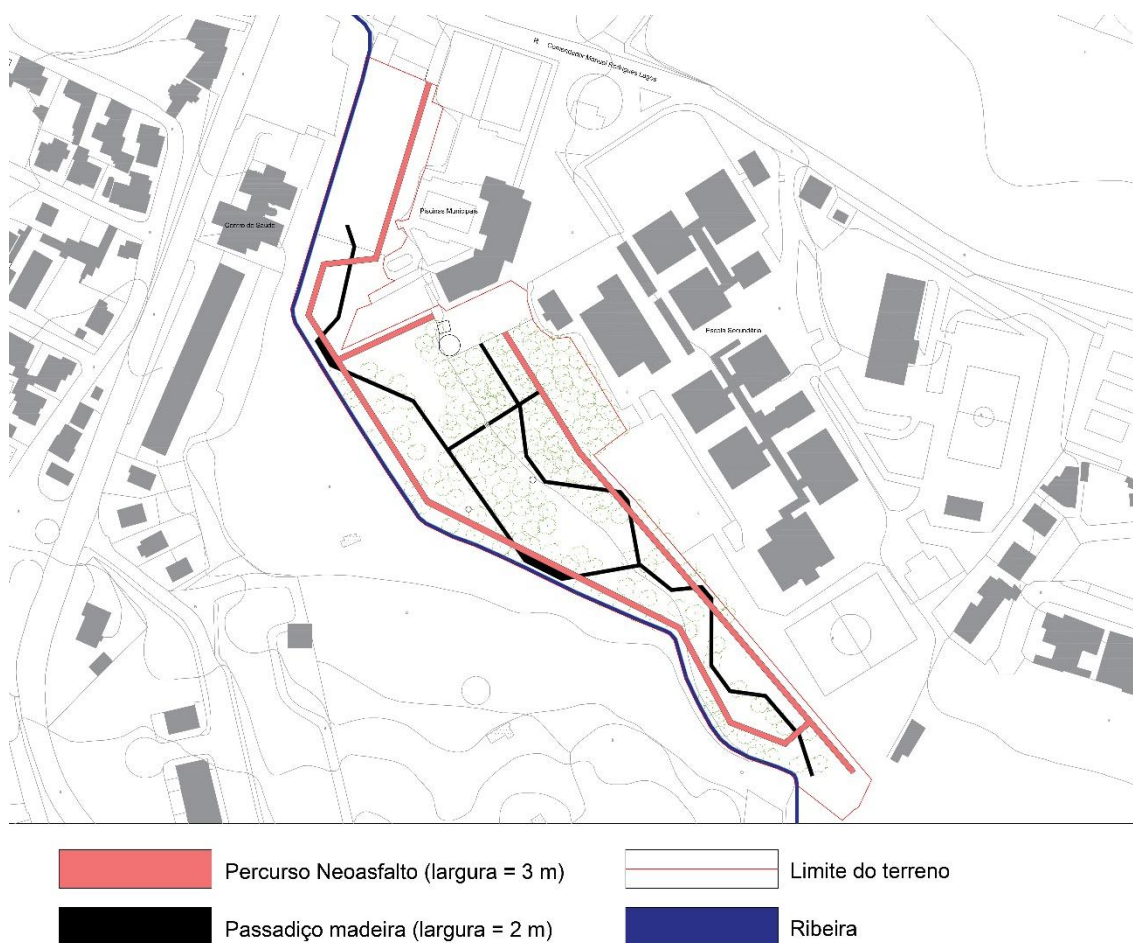


Figura 22 - Planta - Percursos pedonais, Escala: gráfica.

O usufruto deste espaço pode ser feito de uma forma mais tranquila, através de um percurso mais “sinuoso”, que ziguezagueia por entre o arvoredo existente, colmatando numa rampa, a sul, que serve de miradouro para as montanhas da Serra da Estrela ou por outro lado, um percurso bem mais rápido, que poderá inclusive ser utilizado para fins de treino, que acompanha todo o limite do parque e que cria um percurso paralelo à ribeira. Importa referir que ao longo destes dois percursos foram criadas zonas de descanso. Os percursos acima

referidos servem também como elemento de ligação das duas extremidades do parque, através da sua linguagem contínua.

Para a zona da ribeira, idealizou-se uma intervenção nas suas margens de forma a garantir a mesma largura do leito ao longo de todo o parque, visando uma imagem controlada e limpa deste espaço.

No que respeita à estrutura edificada, o parque não apresentava pré existências, no entanto, como foi referido no programa, foi criado um centro de estudos destinado à ocupação dos tempos livres dos alunos, no auxílio ao estudo e até mesmo ao desenvolvimento de atividades extracurriculares ou palestras.

Estas medidas projetuais têm como objetivo integrar a estrutura ecológica e a estrutura edificada numa relação de valorização mútua.

Com este projeto pretende-se contrariar a tendência que se assumiu nos anos de crescimento da cidade, valorizando a vertente ecológica e utilizando-a como contexto cultural, numa simbiose. O potencial da estrutura ecológica presente permite melhorar a imagem da cidade e trazer os habitantes para visitar o parque e usufruir do centro de estudos.

CAPÍTULO 5

5. Conclusão

Da análise bibliográfica, ficou evidente a importância de preservar os sistemas ecológicos dos quais o Homem depende para sobreviver. Na cidade contemporânea, a componente visível destes sistemas designa-se por estrutura ecológica urbana e é composta pelas áreas de maior sensibilidade ecológica, as quais contribuem para o equilíbrio sustentável da cidade.

Com o avançar dos tempos, os interesses económicos aliados ao sociais, promoveram um crescimento urbano/industrial, que por sua vez originou uma desqualificação dos espaços naturais. Dentro destes espaços naturais fazem parte, por exemplo, espaços verdes e ribeiras urbanas. Estas questões refletiram-se diretamente na imagem da cidade, uma vez que este desinteresse afetou diretamente a paisagem urbana.

Foram precisamente estas problemáticas que motivaram o estudo do conceito paisagem, no âmbito do trabalho agora apresentado. O conceito de paisagem foi assim revisto, observando-se a sua evolução, desde um entendimento que se regia pelas leis da geometria euclidiana e da perspetiva, passando por uma representação pitoresca daquilo que era percebido como a realidade do Homem e da sua interação com o meio. Mais tarde, a paisagem revelou-se objeto de estudo para aqueles que tivessem conhecimentos nas bases da ecologia. Atualmente, são-lhe reconhecidas três vertentes, ecológica, cultural e simbólica, vertentes estas que se reconhecem como essenciais para o desenvolvimento de metodologias de integração.

Deste contexto e ainda no âmbito deste trabalho, resultou o interesse de explorar o conceito de verde urbano, desde a sua génese aos fatores que motivaram a sua aplicação no espaço urbano, como forma de sanar o ambiente. Paralelamente, foram observados modelos de integração do verde urbano na planificação de algumas cidades.

O tratamento e a reintegração de ribeiras e respetivas frentes foi também uma temática abordada, verificando-se que esta preocupação é relativamente recente e tem resultado também das preocupações ecológicas antes referidas. Estes troços de água, renegados pelas cidades, têm vindo a ganhar importância na criação de propostas que promovam a sua reintegração no espaço urbano, através da implementação de medidas que permitam a exploração regrada do potencial que estes espaços têm para oferecer. Estas novas propostas de intervenção, são motivadas não só pela atratividade natural destes elementos, mas também pela sua implementação e reconhecimento em sede de legislação.

As bases teóricas antes apresentadas tiveram aplicação na proposta de arquitetura desenvolvida, uma intervenção no Parque dos Marmelos, em Oliveira do Hospital, com vista à integração do troço da Ribeira de Cavalos. Estes dois elementos - a extensão verde e a ribeira

- contribuíram para caracterizar de forma determinante a área de estudo e surgiram como espaços a integrar e valorizar, no âmbito da proposta.

A proposta desenvolvida teve então como principais estratégias integrar e valorizar a estrutura ecológica daquele espaço na cidade e, complementarmente, promover a integração da estrutura edificada na estrutura ecológica, através da implementação de um edifício multifuncional “Centro de estudos”, em ambiente naturalizado.

Paralelamente, foi objetivo específico da proposta a criação de uma rede de percursos que permitisse a visita dos cidadãos ao parque, em simultâneo com o tratamento da ribeira e respetiva frente e ainda a integração do edifício do centro de estudos, no ambiente do parque. Do estudo da estrutura verde existente, percebeu-se a necessidade de conservar o maior número de vegetação existente. Deste modo, foi possível definir algumas limitações, que ajudaram a definir zonas e essencialmente o local de implantação do centro de estudos.

As medidas projetuais propostas procuraram assim criar uma relação de valorização e integração mútua entre a estrutura ecológica e a estrutura edificada, promovendo o usufruto do espaço da ribeira através da criação de percursos ao longo da mesma.

Foi também determinante no projeto a relação que a cidade apresenta com a Serra da Estrela. Como é referenciado na bibliografia analisada, podemos considerar que Oliveira do Hospital é uma cidade de montanha, e foi esse conceito que se pretendeu realçar elevando um dos percursos permitindo a criação de um miradouro, numa zona onde é possível observar a montanha como pano de fundo daquele espaço.

Por fim, considera-se importante referir que proposta desenvolvida visa a participação num concurso de ideias a promover pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, pelo que os elementos que compõem o projeto respeitam os requisitos colocados por essa entidade.

Bibliografia

BRUTOMESSO, R. (1993), *O Rio e a Cidade: As Zonas Ribeirinhas*, International Centre. Veneza: Cities on Water.

CABRAL, F. C., (1993), *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.

CANGUEIRO, J., (2006), *A estrutura ecológica e os instrumentos de gestão do território*, Porto: CCDRN.

CAPORUSSO, D.; MATIAS, L., (2008), *Áreas verde urbanas: avaliação e proposta conceitual*, 1ºSIMPGE0, Rio Claro, São Paulo.

DAVIES, C.; McGLOIN, C.; MacFARLANE, R.; ROE, M., (2006), *Green Infrastructure Planning Guide Project : Final Report*.

FONSECA, F.; GONÇALVES, A.; RODRIGUES, O. (2010), *Comportamentos e percepções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança*, Revista Finisterra, nº89, pp.119-139, Bragança

SÁ, J. (2013), *Espaços verdes em meio urbano: uma abordagem metodológica com base em serviços de ecossistema*, Instituto Superior de Lisboa, Lisboa

LYNCH, K., (1960), *A imagem da Cidade*, Arquitectura e Urbanismo, Edições 70.

LOBODA, C.; DE ANGELIS, B. (2005), *Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções*, Revista Ambiência, nº1, volume 1, Brasil, p. 125-139

MADUREIRA, H. (2012), *Revitalizar a cidade pelo planeamento da estrutura verde*, XIII Colóquio Ibérico de Geografia - respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual, Santiago de Compostela

McHARG, I. (1969), "Design With Nature", American Museum of Natural History, Garden City, N.Y.

MAGALHÃES, M. (1992), *A evolução do conceito de espaço verde público*, Revista AGROS, Nº2, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa

MAGALHÃES, M. (s/d), *Paisagem - Perspectiva da Arquitectura Paisagista*, Instituto Superior de Agronomia e Instituto Superior Técnico, pp.11

MAGALHÃES, M. R., (2001), *A Arquitectura Paisagista - morfologia e complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa.

MATOS, M. J. (2011), *Paisagens Urbanas Contemporâneas de Montanha. Metodologia para uma Abordagem Conceptual em Arquitectura na Covilhã*. Tese de Doutoramento em

Arquitetura. Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura, Universidade da Beira Interior / Université Paris VIII-ENS d'Architecture de Paris La Villette. Covilhã / Paris.

MATOS, M. J. (s/d), *Cidades de Montanha. Dos Alpes à Covilhã*, Departamento de Arquitetura, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp - 14.

NEURAY, G., (1982), *Des Paysages Pour Qui? Pourquoi? Comment?*, Edité par Presses Agronomiques Gembloux, Gembloux.

PARDAL, S.; LOBO, M. C.; CORREIA, P. V. D. (2000), Normas Urbanísticas Volume IV - Planeamento Integrado do Território, Elementos de Teoria Crítica, Universidade Técnica de Lisboa, 1ª edição.

SARAIVA, M. G. A. N., (1999), *O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no quadro do Ordenamento do Território*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SARMENTO, J., MOURÃO, S., (2001) A Pista de Cicloturismo Guimarães - Fafe: Oportunidade perdida para a criação de um Corredor Verde. Universidade Minho.

SCHIPPERIJN, J. (2010), *Use of urban green space*, *Revista Forest e Landscape*, nº45, Faculty of life sciences, University of Copenhagen

SILVA, L. (2007), *Espaços verdes urbanos: ordenamento, ambiente e implementação*, Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade de Lisboa, Lisboa

TELLES, G. R. (1985), *Para além da Revolução*, Edições Salamandra, 1ª edição, Lisboa.

TELLES, G. R. (1994), *Paisagem Global*. In DGOTDU - Paisagem, Coleção Estudos, Lisboa, pp. 31 - 45.

TORGA, M., (1967) *Pena de Morte: centenário da abolição da pena de morte em Portugal*, Coimbra.

VIEIRA, C., (2007), *Estrutura Ecológica em Ilhas - O Caso de S. Miguel*. Açores. Universidade dos Açores.

Espaço verde como envolvente cultural. Intervenção no Parque dos Marmelos, Oliveira do Hospital

Legislação Consultada

Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, 1951

Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto, Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Decreto-Lei nº 73/2009 de 14 de Junho, Regime da Reserva Agrícola Nacional (RAN[^]).

Decreto-Lei nº 54/2005 de 15 Novembro, Estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos.

Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de Fevereiro, Regula o processo de planeamento dos recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

PDM - Oliveira do Hospital, publicado em Diário da República através da Resolução de Conselho de Ministros nº189 de 1 de Outubro 2014.

Lista de peças desenhadas

A1 - Localização;

A2 - Planta implantação - escala 1/500;

A3 - Planta implantação + Perfis topográficos - escala 1/500 + 1/200;

A4 - Planta cobertura - Centro de estudos - escala 1/100;

A5 - Planta piso 0 - Centro de estudos - escala 1/50;

A6 - Alçado Norte - escala 1/50;

A7 - Alçado Sul - escala 1/50;

A8 - Alçado Este - escala 1/50;

A9 - Alçado Oestes - escala 1/50;

A10 - Corte AA' - escala 1/50;

A11 - Corte BB' - escala 1/50;

A12 - Corte CC' - escala 1/50;

A13 - Corte DD' - escala 1/50;

A14 - Corte EE' - escala 1/50;

A15 - Corte FF' - escala 1/50;

A16 - Corte GG' - escala 1/50;

A17 - Corte HH' - escala 1/50;

A18 - Corte II' - escala 1/50;

A19 - Corte JJ' - escala 1/50;

A20 - Corte KK' - escala 1/50;